

OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br. Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Levi Vasconcelos



TEMPO PRESENTE
tempopresente@grupoatarde.com.br

Wagner e o 'Fora Rui': 'A ideia já nasce morta'

A ideia lançada pelo deputado Marcelo Nilo (PSD) de ver Jacques Wagner disputar o governo em vez de Rui Costa, também carimbada pelo presidente da Assembleia, Ângelo Coronel (PSD), o que alguns chamam de *Volta Wagner* e outros de *Fora Rui*, não tem nenhum sentido, segundo o próprio Wagner. Abordado ontem sobre o assunto, ele foi taxativo:

– Do meu ponto de vista, isso já nasce morto. Não tem nenhuma possibilidade.

Wagner diz que o nome dele está colocado para o Senado, na chapa de Rui Costa, que, segundo ele, realiza um belo trabalho no governo e é um candidato fortíssimo.

Wagner diz que Nilo está chateado ainda por conta da eleição da Assembleia, daí surgiu com essa história.

“Ovada não é normal, mas não é normal também jogar água fria em sem-teto, jogar flor que lhe deram na rua”

CIRO GOMES, no programa Pânico no Rádio, da Jovem Pan, de SP sobre a ovada que João Dória levou em Salvador.

“Hoje a gente dá risada da história, mas para você carregar um peso desses não é fácil, não”

MARCOS NAVES, goliano que passou 40 anos como Cleidiane, nome de mulher, ao ganhar nome de homem.

Atrás do prejuízo

A senadora Lídice da Mata (PSB) protocolou ontem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado um pedido de convocação do presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli.

Quer que ele explique por que o pedido de empréstimo de R\$ 600 milhões feito pelo governo baiano foi barrado.

Ela e o senador Otto Alencar bradam que é retaliação de Michel Temer.

Efeito reforma

Os primeiros sinais da reforma trabalhista, com o fim do imposto sindical, já começaram a produzir efeitos. Muitos sindicatos sediados em Salvador, a exemplo dos comerciários, já começaram a demitir, outros deixaram o pessoal de sobreaviso.

Nos que ainda não tocaram no assunto, os servidores estão muito apreensivos.

Nos limites

A deputada Mirela Macedo (PSD) se diz intrigada com um fato. Nas contendas entre Salvador e Lauro de Freitas sobre limites territoriais já se dava como fatura liquidada que Itinga e Areia Branca, bairros historicamente administrados por Lauro, ficariam como estão, mas no projeto que ACM Neto mandou para a Câmara de Salvador, redefinindo os bairros da capital, incluiu os dois.

– Não entendi. Vamos propor que o Condomínio Marisol, que era Lauro e passou para Salvador, volte para Lauro.

METRÔ — Na Comissão de Divisão Territorial da Assembleia a disputa entre Salvador e Lauro, em vias de ser resolvida, é sobre a última estação do metrô, que fica próxima ao aeroporto.

Está quase certo para ficar com Lauro.

Em causa própria

Integrante da Comissão da Reforma Política, o deputado Cacá Leão (PP) foi o autor do destaque que derrubou a proposta aprovada pelo relator, Vicente Cândido (PT-SP), que extinguiu as figuras dos vices (presidente, governador e prefeito) e também do suplente de senador. Duas coisas:

1 – Ele é o relator-geral do Orçamento Geral da União. Ninguém quer briga.

2 – E também é filho do vice-governador João Leão, e amigo irmão de Roberto Muniz, suplente de senador que está no mandato e substitui Walter Pinheiro.

TUDO INCERTO — Presidente da Comissão da Reforma, o baiano Lúcio Vieira Lima (PMDB) diz que nada se pode garantir a respeito do que será aprovado na definição das regras para 2018, nem o Distrito:

– A casa é muito imprevisível. Veja você: ontem a extinção dos vices estava no projeto. Hoje não. E quando se trata de reforma política, cada um tem a sua fórmula.



Fábio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil

ENTRE TAPAS E BEIJOS | Na Comissão da Reforma Política, enquanto os deputados Ivan Valente (PSOL-SP) e Marcus Pestana (PSDB-MG) discutiam acirradamente ontem, Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA) e Orlando Silva (PCDoB-SP) trocavam beijos. É a vida

POUCAS & BOAS

● O TSE assinou convênio com a Associação dos Tribunais de Contas (Atricon) pelos quais TCE e TCM vão dar apoio técnico na apreciação das contas dos partidos. Isso quer dizer que o rigor no controle vai aumentar. Só para lembrar: partidos políticos vivem de dinheiro público. Não deveria ser assim, mas é.

● Os deputados, liderados pelo presidente da Assembleia, Ângelo Coronel (PSD), que foram anteontem visitar a Fundação Dr. Jesus, pilotada pelo também deputado Sargento Isidório (PDT), saíram de lá impressionados. Lá hoje estão mais de 1.200 internos em tratamento contra o uso de drogas.

● Funcionários do INSS de Guanambi entraram na Justiça para obrigar a direção da agência local a reconhecer o feriado do dia da cidade, segunda próxima. A Justiça negou. Disse que a competência em casos trabalhistas é federal.

O STF entre a Constituição e a escravidão

Tiago Rodrigues Santos

Doutor em ciências sociais pela Unicap, professor da Ufob e pesquisador do GeograFAR-Ufba

tiago@hotm.com

No dia 16 de agosto de 2017, o STF recoloca no Plenário da Corte a constitucionalidade do Decreto 4887/2003, que regulamenta os procedimentos para a regularização de territórios quilombolas no país. As mais de cinco mil comunidades quilombolas do Brasil – das quais quase três mil já certificadas pela Fundação Cultural Palmares – aguardam, lutando e vigilantes, a decisão que poderá

garantir os direitos conquistados na Constituição de 1988 (CF88) ou recolocá-las sob as sombras da escravidão.

Editado em 2003, o Decreto 4887/2003 foi a materialização das intensas mobilizações das comunidades quilombolas e do Movimento Negro Unificado, que bus-

As mais de 5 mil comunidades quilombolas do Brasil aguardam a decisão para garantir direitos

cavam a efetivação do direito territorial garantido pelo Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF88. A partir da luta de Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa, as comunidades quilombolas passaram a exigir do Estado Brasileiro a reparação histórica dos séculos de escravidão, a questionar a omissão (e participação) do Estado perante as opressões sofridas, a lutar contra a negação da identidade, da ancestralidade negra e exclusão do acesso à terra. Desde a CF88, já se passaram 29 anos e apenas 165 comunidades quilombolas tiveram seus direitos territoriais garantidos, a maioria delas pelos governos estaduais.

No dia da votação estarão às portas do

STF milhares de quilombolas de todo o país, mobilizados e lutando sob o lema “Nenhum Quilombo a menos”. Se o STF votar com base na CF88 e a favor das comunidades quilombolas, dará uma demonstração de que ainda há esperança da garantia de direitos, mesmo em tempos de golpe. Se votar favorável à inconstitucionalidade do decreto, a mais alta Corte do país demonstrará que vota com base na Constituição de 1824, quando ainda vigorava a escravidão. Assim sendo, se aliará às viúvas da escravidão no país, consolidando um grande acordo nacional – com o Supremo, com tudo – para a manutenção de sociedade racista, escravocrata e excludente.

ESPAÇO DO LEITOR

opiniao@grupoatarde.com.br

Os insaciáveis

Os partidos integrantes do Centrão (PP, PTB e PR), não satisfeitos com a vergonhosa liberação de verbas das emendas parlamentares, estão exigindo do governo Temer cargos do segundo e terceiro escalões, como compensação por terem contribuído com seus votos para barrar a denúncia contra o presidente. Para tanto, ameaçam boicotar a medida provisória do Refis, que prevê a negociação das contas públicas, assim como dificultar a aprovação da reforma da Previdência, que é vista como uma panaceia para diminuir o déficit público. Enquanto isso, Michel Temer recebeu, fora da agenda oficial, no Palácio Jaburu, a futura procuradora-geral da República, Raquel Dodge, escolhida por ele para substituir Rodrigo Janot, seu perseguidor, como ele mesmo declarou. **MATHEUS PORTELLA, MATHEUSPORTELLA.32@GMAIL.COM**

Baiano da gema

O ato de protesto contra os prefeitos João Dória e ACM Neto, no último dia 7, foi motivado pelo título de Cidadão Soteropolitano concedido ao nada simpático e indesejado visitante João Dória. Esse título é uma afronta à expressiva população baiana, como ficou evidenciado nas redes sociais. A “ovada” direcionada ao malquerido visitante sem dúvidas tem raízes profundas, com marcas arquivadas no inconsciente coletivo. Além da sua administração autoritária na capital paulista, quando destruiu belas artes populares de grafiteiros, reconhecidas mundialmente; quando humilhou moradores de

rua, ordenando acordá-los em plena madrugada, com jatos de água fria, destruindo seus pertences, entre outros tantos atos de insensatez. E dizem que o povo brasileiro não tem memória. Sem dúvidas essa é uma modalidade, nada civilizada, de protestar que desperta em meio a muitas insatisfações, e como são muitas, o povo reage. Para a ilegalidade, a desobediência civil. **RUTE DANTAS VIEIRA, RDANTASVIEIRA@HOTMAIL.COM**

Abandono à vista

Inaugurada em maio, com recursos da Petros, a Praça Myriam Fraga, localizada no Itaigara, uma das mais belas da cidade, corre o risco de abandono porque a prefeitura não está cuidando como deveria desse logradouro e a associação dos moradores não dispõe de recursos. A varrição que vinha sendo custeada pela citada associação (a Limpurb só com-

parece duas vezes por semana) deixou de ser feita. Os quiosques inexplicavelmente ainda não foram liberados, privando os que vão ao local de beber água, refrigerante e lanchar. A quadra de futebol já está precisando de reparo no piso de grama sintética, e o parquinho, de corções para segurança das crianças. Muitas árvores estão com ervas de passarinho, outras com cupim, carecendo de poda e adubação, sem falar nas áreas de grama que precisam ser cortadas. Somente uma vez vi a Guarda Municipal nessa área pública. Se providências não forem adotadas, em pouco tempo a Praça Myriam Fraga será mais uma praça abandonada. A comunidade não quer que isso aconteça e exige maior atenção da prefeitura e colaboração das empresas do bairro. O município lamentavelmente não oferece nenhum benefício às empresas adotantes, além de permitir a colocação de plaquinhas de publicidade no local. É muito pouco. De que adianta construir e não cuidar? **ANA MARIA OLIVEIRA, AAIRAM@IBEST.COM.BR**

Tigres de papel

O autor da carta, Anyo Maru, de início menciona a propalada interferência americana através da CIA no período dos governos militares; isto é um chavão constantemente usado pelas esquerdistas, mas que já foi mais do que demonstrada a sua inexistência. Não houve necessidade, pois a maioria da população na época demonstrou a sua concordância. Por esquecimento talvez não tenha mencionado a interferência russo-chinesa através de Cuba. A situação atual nada

tem a ver com aquele período. Ela começou a se deteriorar pela nefasta atuação da dupla Lula/Dilma, atendendo a interesses bolivarianos, construindo em diversos países portos, metrô, hidrelétricas, rodo e ferrovias, em detrimento das nossas necessidades. Para coroar o seu nefasto desempenho Lula “doou” uma refinaria à Bolívia de Morales e dilapidou a Petrobras. Disse também o autor que os procuradores, juizes e políticos que estão atualmente enriquecendo às custas da administração pública são fruto também daquele período... Discordo mais uma vez, vejo alguns nomes brilhantes. Em vez de ficarmos amargurando o passado, devemos depurar o presente visando chegar em 2018 com nomes mais qualificados, e que voltem a predominar a ética e a moral. **RICARDO PEREIRA DE MIRANDA, RICARMIRAN@TERRA.COM.BR**

O batalhão emprestado!

O governo federal, através do Ministério da Justiça, Ministério da Defesa e Gabinete de Segurança Institucional, deveria exigir do governo do estado do Rio de Janeiro, Ministério Público, Justiça, Legislativo e prefeitura do município, a imediata devolução dos 648 militares que estão à disposição dos órgãos citados sob pena de retirada de todo e qualquer apoio federal. Aliás, esta deveria ter sido uma premissa para a intervenção branca realizada na segurança pública estadual. São 244 no Ministério Público, 172 na Justiça, 115 na prefeitura e 117 na Assembleia. Seguramente nenhum batalhão tem este efetivo! **MARCO ANTONIO ESTEVES BALBI, MBALBI69@GLOBO.COM**

Em vez de ficarmos amargurando o passado, devemos depurar o presente visando chegar em 2018 com nomes mais qualificados, e que voltem a ética e a moral